

Direito empresarial

Teoria da Empresa, Títulos de Crédito e Direito Falimentar

CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA DINIZ

O autor é Doutor em Direito pela PUC-SP e Professor Efetivo do Curso de Direito da Universidade Federal de Jataí (UFJ) onde atua nas áreas de Direito Empresarial e Direito Civil. Também Coordena o Projeto de Pesquisa “Poder, Estado e Capitalismo: Impactos no Processo de Construção do Direito”.

Este livro concentra sua análise na Teoria da Empresa para que se possa entender como surge o empresário e como se desenvolve a atuação empresarial. Posteriormente, são analisados os Títulos de Crédito, com o objetivo de demonstrar como a atuação empresarial produz e transfere a riqueza. Na última parte foi abordado o Direito Falimentar para trazer a compreensão de como o empresário e sua atividade chegam ao fim e quais as consequências e medidas que derivam dessa extinção.

Sendo assim, a cronologia da obra, em breve síntese, demonstra o ciclo de vida econômica de uma sociedade empresária, pois, num primeiro momento, demonstra-se como nascem o empresário e a sociedade empresária; num segundo momento, revela-se como a sociedade produz e transmite riqueza; por último, como o ciclo produtivo de uma sociedade chega ao fim.

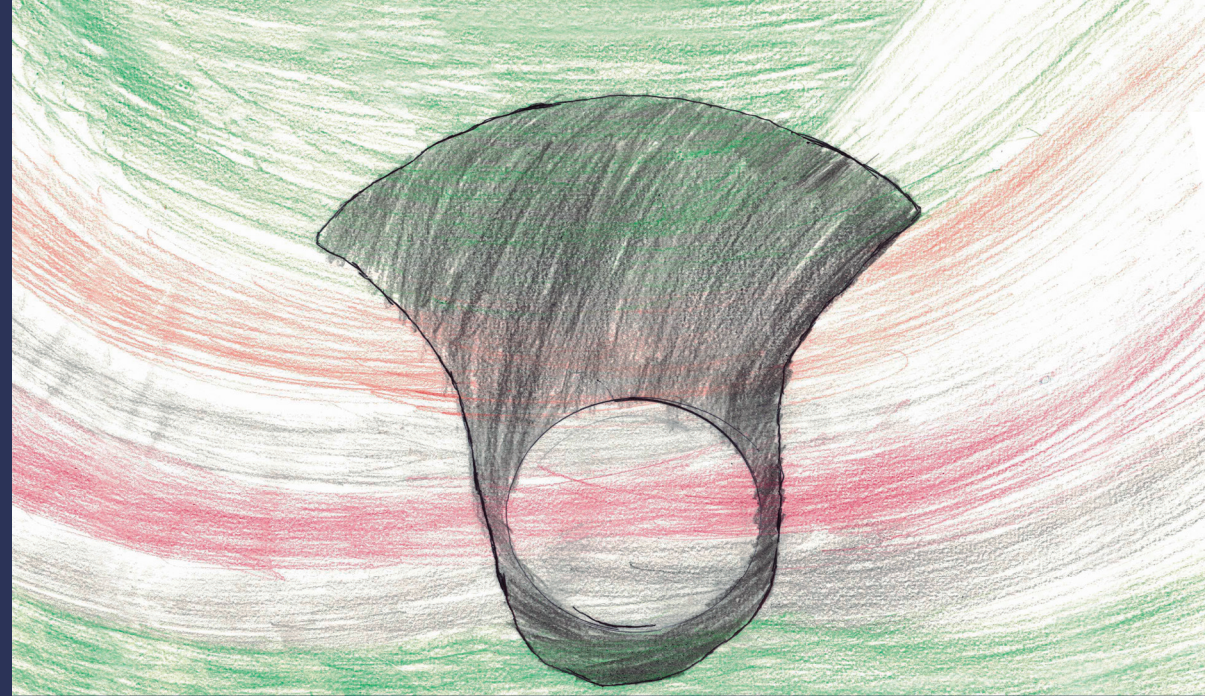
A obra ainda complementa o conteúdo com jurisprudência das cortes superiores, pois o Direito Empresarial é a essência da economia nacional e entender como o Poder Judiciário tem decidido é imprescindível.



CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA DINIZ

Direito empresarial

Editora CRV



DIREITO EMPRESARIAL

TEORIA DA EMPRESA,
TÍTULOS DE CRÉDITO E
DIREITO FALIMENTAR

CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA DINIZ



Está é uma obra pensada para graduandos em Direito; não obstante, poderá dar subsídios para profissionais da área jurídica e para pessoas interessadas em esclarecer dúvidas em Direito Empresarial.

Trata-se de um livro produzido de maneira direta, em que se buscou contemplar os temas mais discutidos nas ementas da Disciplina de Direito Empresarial nos cursos de Graduação em Direito.

Optamos por uma abordagem contextualizada, ou seja, mostramos o Direito Empresarial dentro do modo de produção vigente, que é o capitalismo.

Carlos Augusto de Oliveira Diniz

**DIREITO EMPRESARIAL:
Teoria da Empresa, Títulos de
Crédito e Direito Falimentar**

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2020

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Imagens de Capa: Marco Antonio Ferreira Diniz; Olívia Ferreira Diniz
Revisão: Analista de Escrita e Artes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE
Bibliotecária Responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

D583

Diniz, Carlos Augusto de Oliveira.

Direito empresarial: Teoria da Empresa, Títulos de Crédito e Direito Falimentar / Carlos Augusto de Oliveira Diniz – Curitiba : CRV, 2020.
466 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-5868-387-2

ISBN Físico 978-65-5868-395-7

DOI 10.24824/978655868395.7

1. Direito empresarial 2. Capitalismo 3. Direito Econômico 4. Sociologia Jurídica. I. Título
II. Série

CDU 347.7

CDD 346.07

Índice para catálogo sistemático
Direito empresarial 346.07

ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA DISPONÍVEL
EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2020

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Conselho Editorial:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Domínguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional
Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFS)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade
de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade
de La Havana – Cuba)
Helmuth Krüger (UCP)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Comitê Científico:

Alexandre Sanson (Justiça Federal – São Paulo/SP)
Aloisio Krohling (FDV)
André Pires Gontijo (UnICEUB)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Celso Ferreira da Cruz Victoriano (TJ-MT)
César Augusto de Castro Fiuza (Ferreira, Kumaira
e Fiuza Advogados Associados/UFMG)
Christine Oliveira Peter da Silva (STF)
Claudine Rodembusch Rocha (FEEVALE)
Cristiane Miziara Mussi (UFRRJ)
Daniel Amin Ferraz (Amin, Ferraz, Coelho
Advogados/ Universidad de Valencia, UV, Espanha)
Daury Cesar Fabríz (UFES)
Edson Vieira da Silva Filho (FDSM)
Evandro Marcelo dos Santos
(Faculdade Três Pontas/MG)
Gláucia Aparecida da Silva Faria Lamblém (UEMS)
Janaina Machado Sturza (UNIJUÍ)
João Bosco Coelho Pasin (UPM)
Joséli Fiorin Gomes (UFSM)
Manoel Valente Figueiredo Neto (Registro
Imobiliário de Caxias do Sul, RS/UNIFOR)
Marcio Renan Hamel (UPF)
Rafael Lamera Giesta Cabral (UFERSA)
Renato Zerbini Ribeiro Leão (UNICEUB)
Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha (UFRJ)
Thiago Allisson Cardoso de Jesus (CEUMA)
Valéria Furlan (FDSBC)
Vallisney de Souza Oliveira (Justiça
Federal – Brasília/DF)
Vinicius Klein (UFPR)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

EPÍGRAFE

Comentários da semana.

29 DE DEZEMBRO DE 1861.

Créditos extraordinários – Scoevola – O Sr. Penna em missão – Cinna – O ano novo.

Houve ontem muito quem se admirasse ao ler, na folha oficial, o decreto abrindo um crédito suplementar de setecentos e tantos contos ao Ministério da Fazenda.

Isso prova que a boa fé patriarcal ainda conta neste mundo, raros e preciosos exemplos. Admirar-se de que, façam favor? É coisa de admirar que o governo brasileiro abra créditos extraordinários?

Deu-se, é verdade, um fato. Fould, o ministro das finanças de Luiz Napoleão, acabava de condenar esse sistema de créditos suplementares, achando neles a origem da crise por que passa atualmente a França.

Este fato fez com que o imperador Napoleão declinasse de si a prerrogativa que lhe havia concedido o ato de 1851. A imprensa fluminense, apreciando essas coisas, estranhou com razão que um país constitucional, como o nosso, andasse inteiramente ao avesso do que se acabava de praticar em um país onde a liberdade não existe.

O tom moderno da apreciando da imprensa não pôde disfarçar o contraste que resultava do paralelo. O governo devia sentir-se tocado, pelo acúleo da consciência, e ver que, de fato, a situação desgraçada a que chegamos procedia também das despesas inúteis a que havia ocorrido com os créditos suplementares.

Se a causa da doença era a mesma, idêntico devia ser o remédio. Contava-se, portanto, que o governo ia estudar mais profundamente a situação e as necessidades, e que não apelaria para os créditos suplementares, tão de fresco condenados, por um governo que nada tem de simpático às constituições, e que procedeu como não procedem aos governos constitucionais.

Contava-se mal. E a prova é que, ou por convicção da necessidade do crédito ou por pirraça (expressão novissimamente introduzida no vocabulário político pelo Sr. Sergio), apareceu ontem, na folha oficial, um decreto abrindo um crédito extraordinário de setecentos contos.

Queria o governo com o seu ato contrariar o memorial Fould, fazendo crer que nos créditos suplementares é que está o ideal financeiro, e que só neles repousam a paz pública e a felicidade nacional?

Aqui hão de me perdoar. De um ato do nosso governo só a China poderá tirar lição. Não é desprezo pelo que é nosso, não é desdém pelo meu país. O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial,

esse é caricato e burlesco. A sátira de Swift nas suas engenhosas viagens cabe-nos perfeitamente. No que diz respeito à política, nada temos a invejar ao reino de Liliput.

Machado de Assis, “Comentários da semana”. Publicado originalmente o ‘Diário do Rio de Janeiro’, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1861 | Obra Completa, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
1. TEORIA DA EMPRESA	21
1.1 Direito Empresarial	21
1.2 Da Empresa	28
1.3 Do Empresário	28
1.4 Do Estabelecimento Empresarial	41
1.5 Do Nome Empresarial (Razão Social)	42
1.6 As Patentes	49
1.7 Dos Prepostos e Auxiliares	52
1.8 Da Escrituração Empresarial	57
1.9 Sociedades Empresarias	59
1.9.1 Personalização das Sociedades Empresárias	60
1.9.2 Sociedades Personificadas e Não Personificadas	63
1.9.3 Desconsideração da Personalidade Jurídica	64
1.9.3.1 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	74
1.9.3.2 Modelo de Incidente de Desconsideração da Personalidade	75
1.10 Da Sociedade em Comum	78
1.11 Da Sociedade em Conta de Participação	81
1.12 Sociedades não Empresariais	84
1.12.1 Da Sociedade Simples	84
1.12.1.1 Do Contrato Social	85
1.12.1.2 Dos Direitos e Obrigações dos Sócios	86
1.12.1.3 Da Administração	87
1.12.1.4 Das Relações com Terceiros	90
1.12.1.5 Da Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio	93
1.12.1.6 Da Dissolução	96
1.13 Da Sociedade em Nome Coletivo	100
1.14 Da Sociedade em Comandita Simples	101
1.15 Da Sociedade Limitada	101
1.16 Da Sociedade Anônima	105
1.16.1 Direitos dos Acionistas	108

1.16.2 Sociedade de Economia Mista.....	112
1.16.3 Dissolução, Liquidação e Extinção	114
1.16.4 Lucros e Dividendos na Sociedade Empresária.....	116
1.16.4.1 Separação Patrimonial e Personalidade Jurídica	117
1.16.4.2 Lucros e Dividendos no Brasil	119
1.16.4.3 Bitributação, <i>bis in idem</i> , Imposto de Renda	125
1.16.4.4 Tributação, Regra e Exceção.....	129
1.16.4.5 Dívida Pública brasileira: Uma opção Política	136
1.16.4.6 O enfrentamento da Dívida Pública	140
1.16.4.7 Dívida Pública e Orçamento	147
1.16.4.8 O Extado: Exceção + Estado.....	151
1.17 Da Sociedade em Comandita por Ações	154
1.18 Da Sociedade Cooperativa	155
1.19 Das Sociedades Dependentes de Autorização	157
1.20 Nacionalidade das Sociedades	158
1.21 Das Sociedades Coligadas, Controladoras e Controladas	158
1.22 Da Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão das Sociedades.....	159
1.23 Dissolução e Liquidação das Sociedades Empresárias.....	163
1.24 Ação de Dissolução de Sociedade Empresária	166
1.24.1 Modelo de Ação de Dissolução Parcial de Sociedade.....	174
1.24.2 Modelo de Ação de Dissolução e Liquidação de Sociedade	178
2. TÍTULOS DE CRÉDITO	181
2.1 Histórico e Conceito de Crédito.....	181
2.2 Princípios dos Títulos de Crédito	182
2.3 Definições Basilares dos Títulos de Crédito	186
2.4 Classificação dos Títulos de Crédito	189
2.4.1 Títulos Impróprios	190

2.5 Pagamento dos Títulos de Crédito.....	191
2.5.1 Protesto.....	192
2.6 Letra de Câmbio.....	193
2.7 Nota Promissória.....	195
2.7.1 Nota Promissória Rural.....	195
2.8 Cheque.....	196
2.8.1 Cheque ao Portador.....	196
2.8.2 Cheque a Ordem.....	197
2.8.3 Cheque por Conta de Terceiro.....	197
2.8.4 Cheque Visado.....	199
2.8.5 Cheque Cruzado.....	199
2.8.6 Cheque para Ser Creditado em Conta.....	200
2.8.7 Cheque Administrativo.....	200
2.8.8 Cheque Especial.....	201
2.8.9 Cheque Postal.....	201
2.8.10 Cheque de Viagem (Travaler's Checks).....	201
2.8.11 Cheque Fiscal.....	202
2.8.12 Cheque Pré-datado.....	202
2.8.13 Cheque Sem Fundo.....	202
2.8.14 Impedimentos ao Pagamento de Cheques.....	204
2.9 Duplicata.....	206
2.9.1 Duplicata Escritural.....	207
2.9.2 Triplicata.....	208
2.9.3 Duplicata Rural.....	209
2.10 Cédula de Crédito Industrial.....	210
2.10.1 Ação para Cobrança da Cédula de Crédito Industrial.....	213
2.10.2 Modelo de Ação para Cobrança da Cédula de Crédito Industrial.....	216
2.11 Nota de Crédito Industrial.....	218
2.12 Títulos Agropecuários.....	219
2.12.1 Warrant e Conhecimento de Depósito.....	220
2.12.1.1 Certificado de Depósito e Warrant Agropecuários.....	223
2.12.2 Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio.....	225
2.12.3 Linha de Crédito do Agronegócio.....	226

2.12.4 Certificado de Recebíveis do Agronegócio	226
2.12.5 Cédulas de Crédito Rural	227
2.12.5.1 Cédula Rural Pignoratícia	228
2.12.5.2 Cédula Rural Hipotecária	229
2.12.5.3 Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária	230
2.12.5.4 Nota de Crédito Rural	231
2.13 Títulos Públicos	232
2.14 Ações Cambiais	241
2.14.1 Execução por Quantia Certa	243
2.14.1.1 Modelo de Execução por Quantia Certa	247
2.14.2 Embargos à Execução	249
2.14.2.1 Modelo de Embargos à Execução	253
2.14.3 Ação Monitória	255
2.14.3.1 Modelo de Ação Monitória	257
2.14.4 Ação Ordinária de Locupletamento Ilícito	259
2.14.4.1 Modelo de Ação Ordinária de Locupletamento Ilícito	261
2.14.5 Ação Fundada na Relação Causal	263
2.14.5.1 Modelo de Ação Fundada na Relação Causal	264
3. DIREITO FALIMENTAR	267
3.1 Breve Histórico e Conceito	267
3.2 Quem Está Sujeito à Falência?	267
3.3 A Crise na Empresa	270
3.4 Diferenciação entre Empresário e Pessoa Física	271
3.5 Sujeitos à Falência	273
3.5.1 Absolutamente Excluídos do Processo Falimentar	274
3.5.2 Parcialmente Excluídos do Processo Falimentar	277
3.6 Insolvência Jurídica	284
3.7 Recuperação Extrajudicial	287
3.7.1 Quem pode pedir a Recuperação Extrajudicial?	288
3.8 Recuperação Judicial	291

3.8.1 Quem pode pedir a Recuperação Judicial?	291
3.8.2 Meios de Recuperação Judicial	295
3.8.3 O Pedido de Processamento da Recuperação Judicial	298
3.8.3.1 O Recebimento e Processamento do Pedido	300
3.8.3.2 O Plano de Recuperação Judicial	309
3.8.3.2.1 O Plano de Recuperação Judicial para ME's e EPP's	319
3.8.3.3 A Assembleia Geral de Credores	320
3.8.3.4 Comitê de Credores	326
3.8.3.5 Recuperação e falência durante a pandemia provocada pela Covid-19	328
3.8.3.6 Convolução da Recuperação Judicial em Falência	330
3.9 Falência e Estado de Exceção:	
<i>A Panair do Brasil S.A.</i>	330
3.9.1 Disposições Gerais da Falência	354
3.9.1.1 A <i>Vis Atractiva</i> do Juízo Falimentar	355
3.9.2 O Pedido de Falência	360
3.9.2.1 Exigências Legais para o Pedido de Autofalência	361
3.9.2.2 O Rito a ser Cumprido na Falência	362
3.9.2.3 O Sistema Recursal	366
3.9.2.4 Verificação e Habilitação de Créditos	370
3.9.2.5 Inabilitação Empresarial, Direitos e Deveres do Falido	386
3.9.2.6 Arrecadação e Custódia dos Bens	389
3.9.2.7 Efeitos da Decretação da Falência	392
3.9.2.8 Realização do Ativo	400
3.9.2.9 Pagamento aos Credores	404

3.9.3 Encerramento da Falência	405
3.9.3.1 Extinção das Obrigações do Falido	406
3.9.4 Crimes Falimentares	407
3.9.4.1 Procedimento Penal.....	410
3.9.4.2 Prescrição dos Crimes Falimentares	410
3.10 Medidas Judiciais e Administrativas	
da Lei nº 11.101/2005.....	411
3.10.1 Impugnação de Crédito.....	411
3.10.1.1 Modelo de Impugnação de Crédito.....	412
3.10.2 Impugnação ao Arrematante na Alienação	414
3.10.3 Habilitação de Crédito.....	415
3.10.3.1 Modelo de Ação de Habilitação Retardatária de Crédito	417
3.10.4 Apuração de Responsabilidade Pessoal de Administrador	419
3.10.4.1 Modelo de Ação de Responsabilidade Pessoal de Administrador	420
3.10.5 Pedido de Restituição	424
3.10.5.1 Modelo de Pedido de Restituição	425
3.10.6 Embargos de Terceiro	428
3.10.7 Ação Revocatória	430
3.10.7.1 Modelo de Ação Revocatória	433
3.10.8 Prestação de Contas do Administrador.....	437
3.10.9 Ação de Extinção das Obrigações do Falido	437
3.10.9.1 Modelo de Ação de Extinção das Obrigações do Falido	438
REFERÊNCIAS.....	441
ÍNDICE REMISSIVO	457

APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto do projeto de pesquisa *Poder, Estado e Capitalismo: Impactos no Processo de Construção do Direito* (PI03572-2019), desenvolvido no Curso de Direito da Universidade Federal de Jataí – UFJ. Apesar de o projeto ainda estar em andamento, o levantamento até aqui desenvolvido permitiu a produção deste livro como resultado parcial da investigação.

Esta obra direciona-se aos graduandos em direito, de modo a oferecer um material de apoio bastante objetivo, em que estão mesclados direito material e orientações práticas, com o intuito de que assimilem conhecimentos básicos necessários nessa fase inicial da formação jurídica, que é a graduação.

A referida objetividade deste livro está em concentrar seu conteúdo em três pilares básicos do Direito Empresarial, que são a Teoria da Empresa, os Títulos de Crédito e o Direito Falimentar. Com esses três pilares, é possível demonstrar a cronologia da vida de uma sociedade. Num primeiro momento, demonstra-se como nascem o empresário e a sociedade empresária; num segundo momento, revela-se como a sociedade produz e transmite riqueza; por último, como o ciclo produtivo de uma sociedade chega ao fim.

A obra procura ainda analisar os conteúdos sob o prisma da jurisprudência das cortes superiores, pois o Direito Empresarial, ao lado do Direito Civil, está no centro da estrutura produtiva nacional e justamente por isso é um dos ramos do direito em que se percebe diretamente os impactos da pujança ou das crises econômicas. Daí a importância de se compreender a atuação do Poder Judiciário como palco onde as decisões fundamentais para a economia são tomadas.

Outra característica deste livro é a sua dedicação em abordar as questões práticas, ou seja, questões ligadas ao processo judicial, mas de modo específico ao que toca o Direito Empresarial. Procuramos tratar as questões processuais acompanhadas de alguns modelos que são importantes balizas para os graduandos em direito.

Por fim, é fundamental ponderar que este livro não seria produzido não fosse a Universidade Pública, apesar dos ataques que vem sofrendo, seja no plano estrutural dos cortes nos recursos de custeio e capital, cujo marco brutal é a Emenda Constitucional nº 95; seja no plano funcional, com a perseguição contra o espaço produtor de conhecimento. Infelizmente, o mundo do conhecimento está sendo ultrajado por governantes esdrúxulos e até por parcela da população, porém o tempo da infâmia chegará ao fim e a Universidade Pública continuará sua missão.